

Os Contextos da conquista: *Olisipo* e *Decimo Júnio Bruto*

JOÃO PIMENTA¹ MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA/ UNIARQ

“Por la mesma época que se creaba *Valentia*, en el Occidente peninsular aparecieron nuevos centros como *Olisipo*, cuyo contexto arqueológico inicial es similar al de la *Valentia* mediterránea (...)”

(Ribera I Lacomba, 2009, p. 43)

Resumo

As excelentes condições portuárias e a localização singular da colina do Castelo de Lisboa, foram determinantes pelo papel que esta região assumiu desde meados do primeiro milénio a. C.

O projeto de arqueologia urbana desenvolvido em torno do Castelo de São Jorge possibilitou, pela primeira vez, dispor de um conjunto de dados quantitativamente relevante para este período, provenientes de escavações recentes associados a uma estratigrafia bem preservada que permite a aferição de sincronias para os diversos tipos de ânforas representados, possibilitando uma melhor leitura do seu ritmo de importações ao longo deste período.

Nos últimos anos, a realização de escavações em outras áreas da cidade têm vindo a aduzir novos dados estratigráficos e urbanísticos para o conhecimento da *Olisipo* do período romano republicano.

O estudo da estratigrafia e a análise do espólio dos contextos de época romana republicana, permitem falar de uma única fase para esta época, que situamos no terceiro quarto do século II a.C. (150 - 125 a. C.),

Summary:

The Urban archaeology project of the Sanct Jorge Castle, for the first time in the city of Lisbon allow us to study the roman republican trade, since it was possible to identify a well preserved stratigraphy that permit to analyse the synchrony of the different amphorae types represented in the contexts.

The stratigraphy study and the analyses of the imported materials, authorise us to propose a single phase to this period, that we date from the third quarter of the II century b. C. (150 - 125 b. C.).

This chronology is compatible with the first roman big military expedition in the extreme occident of the Iberian Peninsula conducted by the proconsul of *Ulterior Décimo Júnio Bruto* in 138 b. C. This General developed is campaign from the Tagus valley using the city of Moron as base of operations and fortifying the city of *Olisipo* with the objective of dominating the river entrance and secure the supply to the army.

The importation's panorama of aliment products transported in amphora's detected in the castle of Lisbon, documents some of the indispensable goods to the Mediterranean diet, such as wine, olive oil and fish sauces with different origins that reveals a intricate commercial net, that we are starting to unveil.

The meaning of *Olisipo* importation's during this period and the prevalence of the Italian

Wine amphora's from the Tyrrhenian coast from the Dressel 1 and Greco-Italic form's have to be understood with the importance that the Institutional circuits of supply to the army have in the redistribution of this products. This observation is corroborated by the stratigraphy, were it wasn't detected any tradition of commerce with the roman world previous to this phase, what indicates a rupture with the commercial traditions of the old city of the castle hill.

Introdução

O ponto de partida deste trabalho e a inspiração para o seu titulo é um texto já com alguns anos do Professor Carlos Fabião, intitulado precisamente “Os Contextos da Conquista” (Fabião, 1995).

Rastrear as evidências materiais, da primeira fase da ocupação de cidade romana de *Olisipo*, apresenta-se à partida como uma tarefa complexa. De facto, o processo de ocupação ininterrupta, que sucede no casco histórico de Lisboa desde inícios do primeiro milénio antes de Cristo até à atualidade, associado à forte tradição de atividade sísmica, dificulta em muito a perceção da evolução da urbe em todas as suas fases.

Apesar destas dificuldades, o evoluir da atividade arqueológica em meio urbano nas últimas duas décadas, permitiu aumentar substancialmente os dados disponíveis.

É com base nestes novos dados, na sua maioria ainda inéditos, que tentaremos, efetuar uma síntese do estado dos conhecimentos sobre a cidade de *Olisipo*, num dos períodos que menos se conhece a sua história, os séculos II e I a.C., correspondendo precisamente à fase de conquista militar e afirmação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular.

1 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO:



Figura 1
Mapa do Vale do Tejo com a localização dos sítios mencionados ao longo do texto.

“O Tejo, na foz, tem cerca de vinte estádios de largura, e tão grande é a sua profundidade que por ele navegam barcos de dez mil ânforas.”

(Estrabão, III, 3.1)

A singular implantação da foz do Tejo e as suas favoráveis condições naturais fizeram com que este constituísse um ponto incontornável de apoio à navegação atlântica.

Entrando na barra os navios deslocavam-se até um verdadeiro mar interior, de águas calmas e margens férteis, encontrando aí um ancoradouro seguro para qualquer tipo de embarcação.

Para montante o efeito das marés fazia-se sentir até ao porto de *Scallabis* considerado o último “porto de mar”. Daqui subiam o rio em barcos de menor calado, recorde-se que o Tejo é o rio mais extenso da Península Ibérica e o segundo mais navegável depois do Guadalquivir (Daveau, 1994).

O seu papel como principal via de comunicação para o interior do território, por onde se escoavam as matérias-primas e os excedentes dos férteis terrenos do alto Tejo irrigados pelas cheias periódicas, levaram a que desde cedo, a foz do Tejo se afirmasse como um dos mais importantes, portos de toda a fachada atlântica, ponto de contacto entre dois mundos o Mediterrânico e o Atlântico.

2 - OS PRIMEIROS CONTACTOS COM O MUNDO ITÁLICO:

Face à sua desafogada navegabilidade e manifestas riquezas naturais, o vale do Tejo é desde cedo procurado por comunidades exógenas, que aqui se estabelecem e interagem com as populações indígenas. É assim, que desde meados do primeiro milénio a.C., assistimos à presença do mundo fenício, que irá incrementar o desenvolvimento dos mais relevantes povoados portuários.

Os mercadores semitas iram, ter um papel fundamental no desenvolvimento destes núcleos, alcançando alguns deles dimensões de verdadeiras cidades (Arruda, 2002, Sousa, 2011). Estes aglomerados de cariz urbano, mantêm ao longo da Idade do Ferro fortes contactos com o mundo mediterrâneo parecendo assumir o papel de portos abertos à navegação.

Ciente da relevância que o porto de *Olisipo* apresenta a nível estratégico e do seu significado político a nível regional, esta cidade é desde cedo inserida na órbita de Roma.

Os primeiros contactos com o mundo Itálico ocorrem na segunda metade do século II a.C. no âmbito do processo de conquista do extremo ocidente peninsular.

Através de Estrabão (III, 3.1), sabemos que em 138 a.C., o novo governador da província romana da *Uterior*, o procônsul *Décimo Júnio Bruto*, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao noroeste peninsular. Este estabeleceu a sua base de operações na cidade de *Móron*, no fundo do estuário, e utilizou *Olisipo*, junto à foz, como cidade de retaguarda, desempenhando esta o papel de domínio da entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos em campanha.

Esta campanha marca o início dos contactos regulares do vale do Tejo com a península Itálica. De facto, apesar de todas as convulsões, decorrentes dos períodos conturbados que o extremo ocidente da península ibérica atravessou, durante os finais do século II e I a.C., não mais deixou de se fazer sentir a presença da máquina de guerra romana (Fabião, 1998). Evidências essas bem marcadas como iremos ver, no súbito surto do volume de importações de bens e produtos alimentares e da emergência da numária itálica no quotidiano da urbe (Pimenta, 2005).

3. OLISIPO no século II a.C.

O grande povoado da foz do Tejo, mencionado em diversas fontes clássicas, é desde cedo interpretado como estando na génese da atual cidade de Lisboa.

Realmente, nunca se perdeu a noção da antiguidade da cidade e da sua sobreposição à urbe romana. Os vestígios do período clássico coexistiam com a cidade medieval quer espacialmente quer fisicamente por emergirem periodicamente em qualquer obra que se realizasse.

A génese do povoado situa-se na colina do Castelo de São Jorge. Esta possui uma situação topográfica ímpar, com um amplo controlo visual da entrada da barra do Tejo e do seu estuário, assim como, de toda a margem sul e de boa parte dos vales que a circundam a norte, permitindo o domínio estratégico da foz do Tejo e o controlo do acesso ao interior do território.

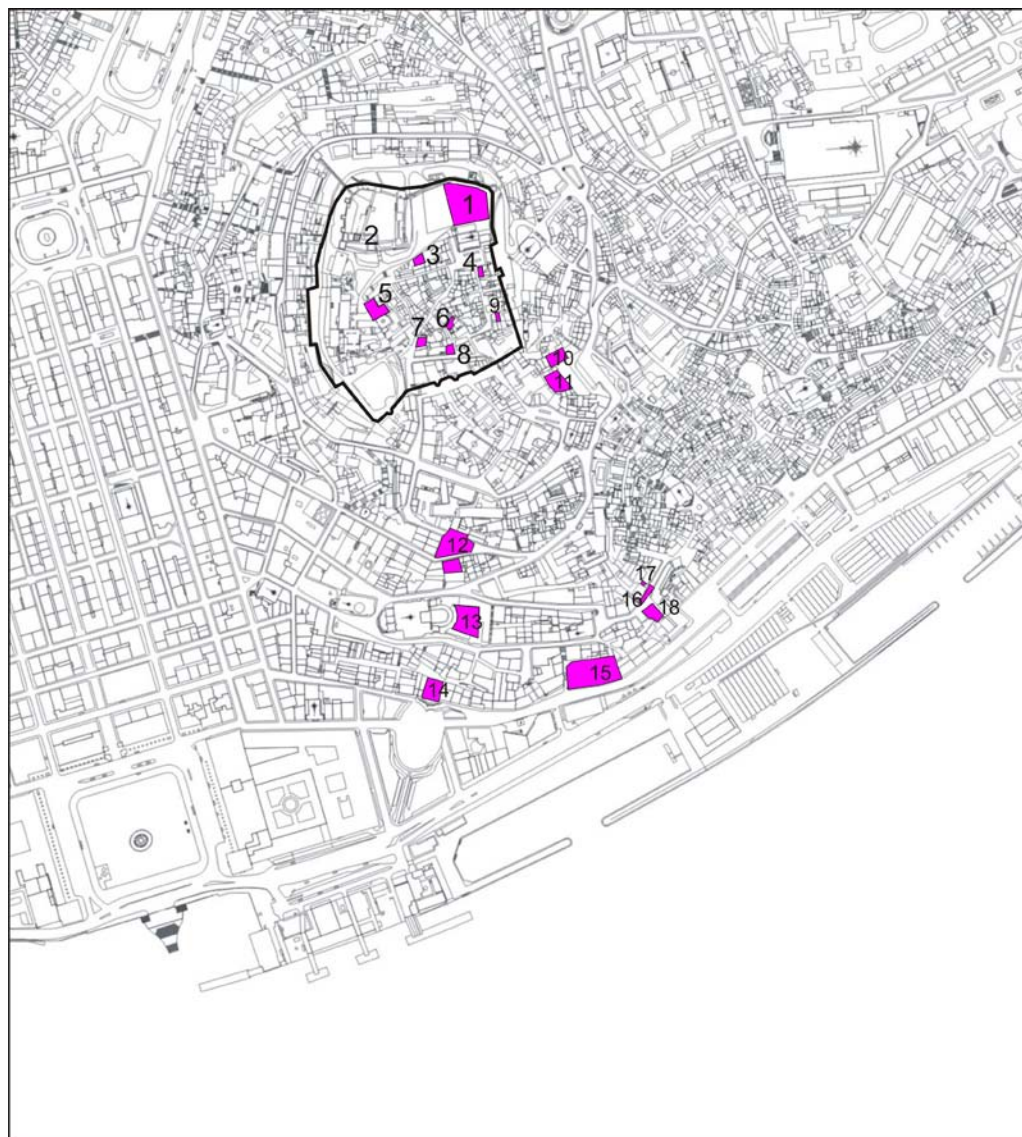
As suas características de implantação e as suas apetências naturais como área portuária tornaram este povoado, um sítio de excepcional importância estratégica.

As recentes pesquisas que têm vindo a ser efetuadas, no morro do Castelo de São Jorge, na colina e na área portuária, têm permitido definir de uma forma clara os primeiros momentos de contacto com o mundo Itálico.

Em todas as leituras efetuadas é incontornável, a referência à importância e ao dinamismo económico que este grande aglomerado urbano alcançou desde meados do século VIII a.C., mantendo fortes contactos com o sul peninsular.

É contudo marcante, ao estudarmos as estratigrafias da cidade, verificarmos a súbita presença em meados do século II a.C. das primeiras importações itálicas. Estas evidências estão omnipresentes e levam-nos a sublinhar o significado deste momento para o subsequente desenvolvimento da urbe.

Figura 2
Planta de Lisboa com a localização das intervenções onde se detetou níveis romano republicanos:
1 – Praça Nova; 2 – Castelejo; 3 – Grupo Desportivo do Castelo; 4 – Rua do Recolhimento N.º 70; 5 – Palácio das Cozinhas; 6 – Beco do Forno n.º 16-20; 7 – Rua de Santa Cruz; 8 – Beco do Forno n.º 1; 9 – Rua do recolhimento n.º 36; 10 – Largo das Portas do Sol; 11 – Fundação Ricardo Espírito Santo; 12 – Teatro Romano; 13 – Claustro da Sé; 14 – Casa dos Bicos; 15 – Armazéns Sommer; 16 – Rua de São João da Praça; 17 – Pátio Senhora de Murça; 18 – Palácio Angeja.



O estudo dos contextos exumados no Castelo de São Jorge permitiu-nos definir de uma forma clara e contundente a primeira fase da presença romana.

O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permite aferir uma cronologia bem definida, centrada no terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.). Mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005, 2007).

Figura 3
Planta topográfica da colina do castelo de Lisboa, com a reconstituição hipotética do esteiro do tejo do vale da Baixa e com a localização das intervenções onde se detetou estruturas e sequências estratigráficas do século II a.C. A castanho traçasse os limites presumíveis do núcleo urbano.



Figura 4
Fotografia da colina do Castelo de São Jorge com o Tejo em fundo em meados dos anos quarenta do século passado.

Sintetizando os dados, dos diversos contextos que já tivemos oportunidade de apresentar detalhadamente, importa determo-nos nas características gerais das importações que definem esta fase e que permitem individualizá-la.

Sublinhe-se que não foi atestada qualquer tradição de comércio com a península Itálica antes deste momento:

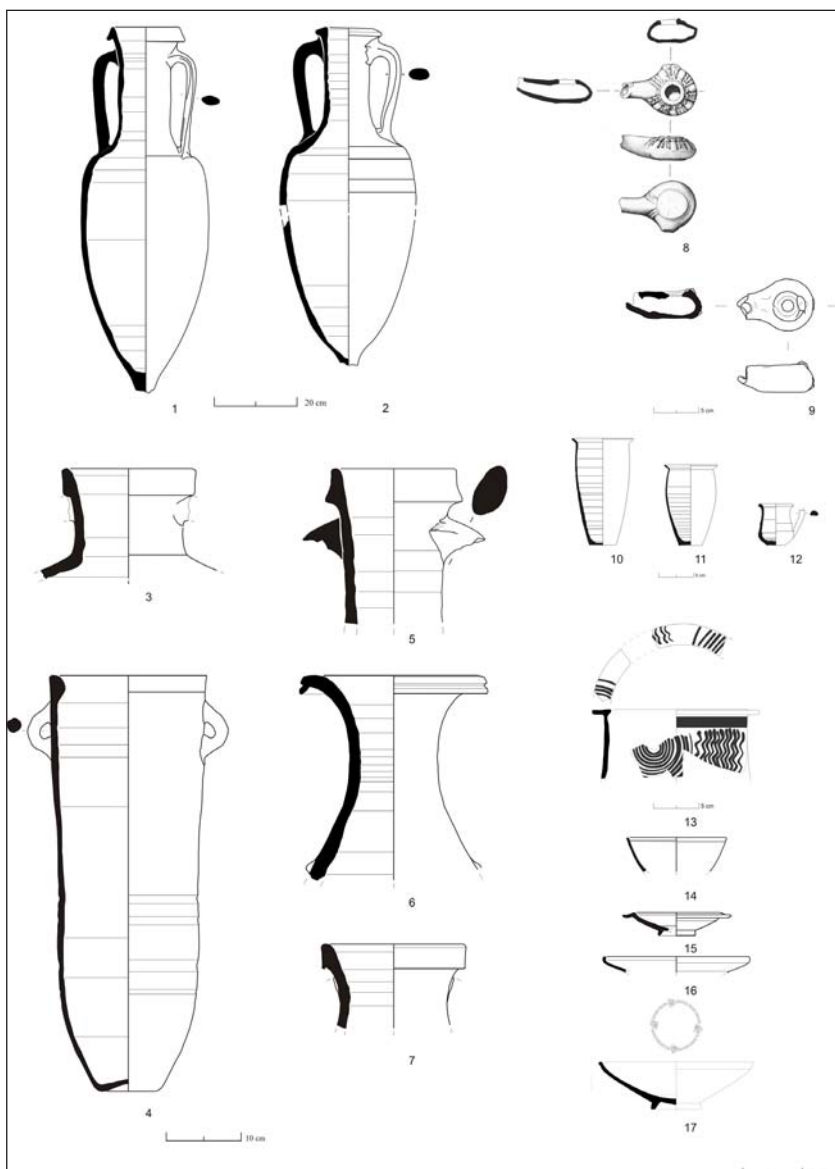


Figura 5
Síntese dos contextos da primeira fase da presença romana em Olisipo – 140-130 a.C.

Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. (Manã C2b) de Ramon Torres (1995), (ver figura 5, n.º 4 e 6). Estão também presentes imitações dos modelos Greco-italícos, não sendo claro qual o seu conteúdo (Pimenta, 2007).

A importação de azeite da área Líbio-Tunisina está documentada pela presença de numerosas ânforas oleícolas, denominadas Tripolitanas antigas (ver figura 5, n.º 7).

A cerâmica Ibérica encontra-se documentada nestes níveis. A forma mais representada é os *kalathoi*, estando igualmente presentes as grandes *Tinajas* de lábio moldurado (ver figura 5, n.º 13).

A nível das cerâmicas finas, assiste-se à massiva chegada de cerâmicas de verniz negro de produção da península Itálica. Entre estas existe um claro predomínio da cerâmica campaniense A de produção na área do golfo de Nápoles. Encontrando-se igualmente representadas cerâmica Campaniense B de Cales, e a Campaniense B Etrusca, nomeadamente a taça Lamboglia 8a (ver figura 5, n.º 14 a 17).

A par destas encontram-se bem representados os delicados copos de paredes finas de produção Itálica, das formas I e II de Mayet (ver figura 5, n.º 10 e 11). A presença de lucernas encontra-se bem vincada, estando atestados diversos exemplares de tradição helenística, como da forma Ricci B, e exemplares já de influência itálica como da forma Dressel 1, nalguns casos com verniz negro (ver figura 5, n.º 8 e 9). A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, sendo um dado eloquente, do papel do porto de *Olisipo* enquanto plataforma distribuidora.

Os contentores vinícolas da península Itálica dominam de forma clara. Em particular os produtos da área da costa Tirrénica, ânforas Greco-Itálicas tardias ou de transição e ânforas Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número ânforas da costa Adriática, Greco-Itálicas tardias e ânforas de Brindisi (ver figura 5, n.º 1 a 5).

Paralelamente aos produtos Itálicos assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do sul peninsular, em particular a baía Gaditana e a área Líbio-Tunisina.

Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. (Manã C2b) de Ramon Torres (1995), (ver figura 5, n.º 4 e 6).

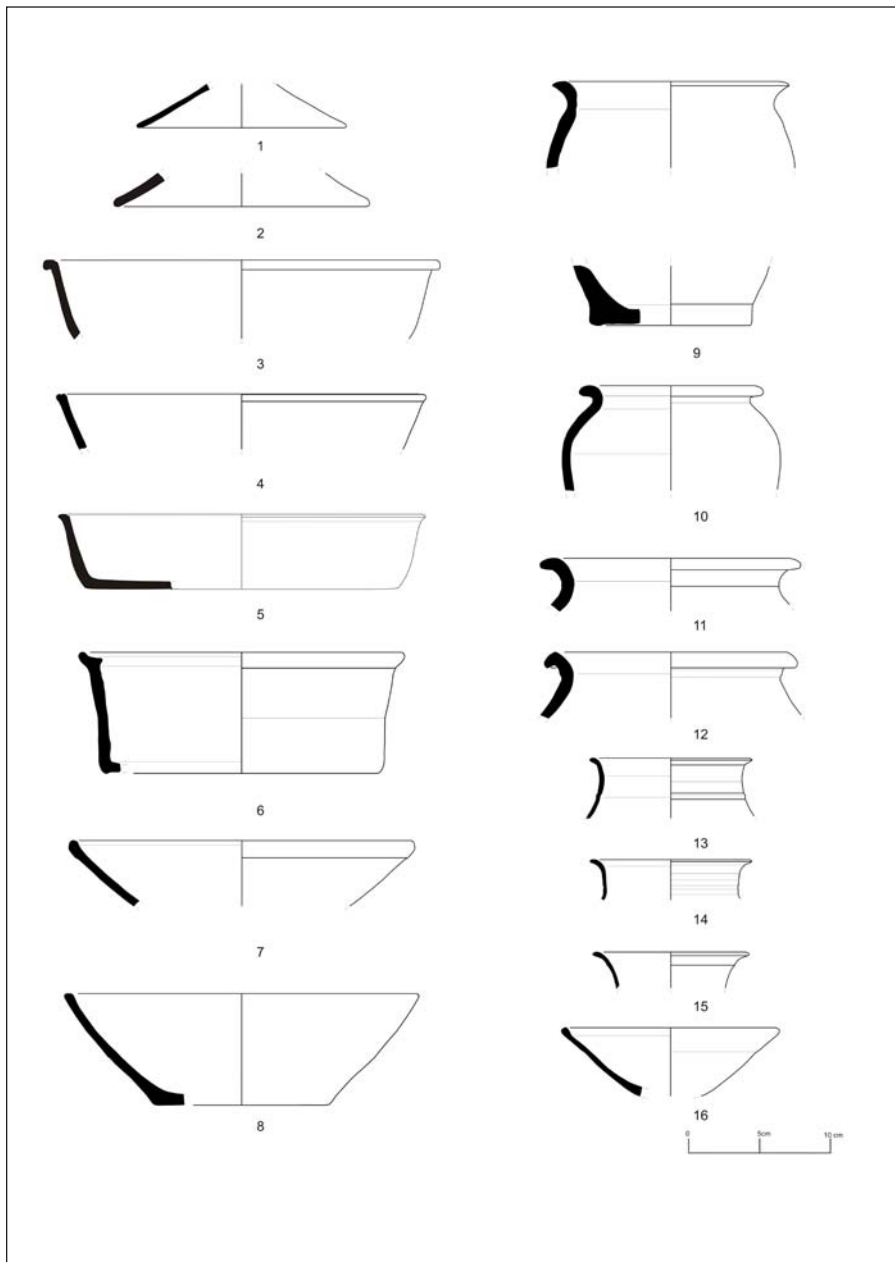


Figura 6
Síntese da Cerâmica comum presente nos contextos da primeira fase da presença romana em *Olisipo* – 140-130 a.C.

durante o consulado de Décimo Júnio Bruto em 138 a.C. (Ribera I Lacomba, 2009).

Tendo em conta os naufrágios, estaríamos perante associações de materiais similares aos dos navios *Giannutri* e *Pedrosa*, datado o primeiro entre 150-140 a.C. e o segundo em 140-130 a.C. (Ribera I Lacomba, 1998).

Esta fase da vida da cidade e que atesta de forma eloquente a chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo situa-se assim a nível de cronologia a meio caminho dos níveis de destruição da cidade de *Karthago* em 146 a.C. e dos acampamentos militares do cerco da cidade Celtibérica de *Numancia* em 133 a.C. (Principal, 2013).

Entre a cerâmica comum, ainda que domine as cerâmicas do mundo indígena local, encontram-se presentes cerâmicas produzidas na península itálica com as típicas pastas campanienses. Entre estas destaca-se a forma Comum Itálica *Patina* Lt 6 C e C E e a *Couvercle* 7 A. (ver figura 6). Assim como importações de cerâmica cinzenta, de possível produção Emporitana (ver figura 5, n.º 12).

A par destas associações cerâmicas verifica-se a emergência da numária itálica no quotidiano da urbe, atestada por diversos exemplares de liga de cobre.

A datação proposta para esta fase remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território atualmente português, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica. Desencadeada em 138 a.C. pelo novo Governador da *Ulterior*, o procônsul Décimo Júnio Bruto, com claros objetivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião lusitana e de reconhecimento de uma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular.

Do ponto de vista de enquadramento histórico os contextos *Olisiponenses* permitem situar cronologicamente um momento concreto, que encontra paralelos, em tudo idênticos, nos níveis de fundação de *Valência*, cidade fundada segundo Tito Lívio,

4. *Olisipo* e o abastecimento institucional ao exército

A importância da alimentação para o bom funcionamento da máquina de guerra romana era um dado adquirido na organização de uma expedição militar a territórios desconhecidos, não faltando referências nas fontes clássicas a desaires militares atribuídos a deficiências de abastecimentos de determinados produtos essenciais à dieta mediterrânica (Fabião, 1989). Não admira, portanto, a preocupação demonstrada pelo general denominado o

“Galaico” na organização da sua retaguarda, pelo assegurar de uma cidade “aliada” para servir de base de apoio ao abastecimento dos exércitos durante as campanhas para o interior.

O panorama das importações de produtos alimentares em ânforas atestado em Lisboa, parece documentar alguns dos alimentos indispensáveis para a dieta mediterrânica, o vinho, o azeite e os preparados piscícolas com proveniências bem diversas que revelam uma intrincada rede comercial.

O significado do ritmo de importações deste grande povoado portuário e do claro predomínio que as ânforas vinárias Itálicas da costa tirrénica, do tipo Dressel 1 e greco-italicas aí evidenciam, não pode deixar de se relacionar com o papel que os circuitos institucionais de abastecimento aos exércitos em campanha têm na chegada e distribuição destes contentores.

Recorde-se que os dados disponíveis para o extremo ocidente peninsular, demonstram claramente a inexistência de qualquer tradição comercial com o mundo romano anterior a esta fase, o que indica uma clara rutura com as tradições comerciais destes antigos povoados portuários (Fabião, 1998).

De facto, os circuitos de redistribuição de bens alimentares ao exército, empreendido pelas *societates publicanorum* e que antecedem o mecanismo conhecido em época Imperial como *annona militaris* (Carreras Monfort, 1999, 2002), encontram-se bem documentados na península Ibérica durante a época romana republicana, sendo o único mecanismo comercial que explica

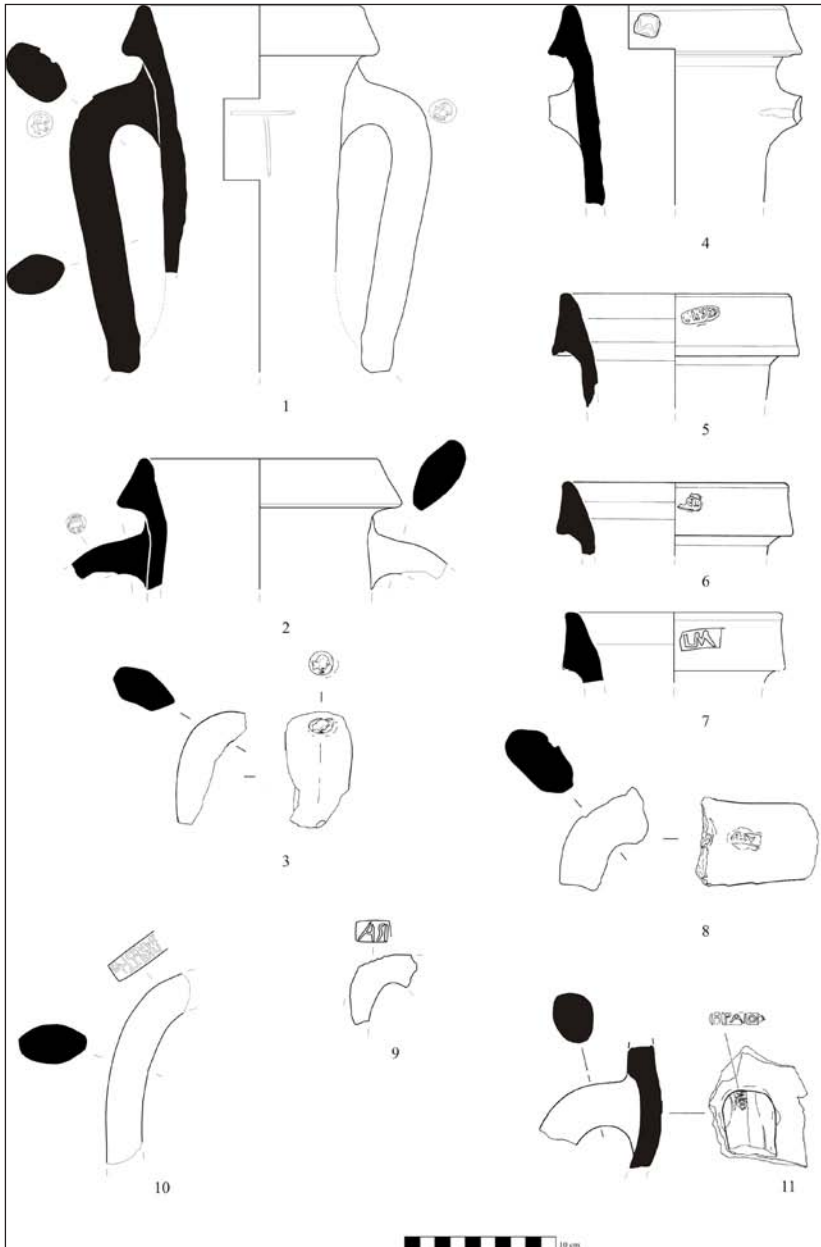


Figura 7
Marcas de ânforas
itálicas de cronologia
republicana de Lisboa.

a concentração de ânforas em sítios interiores como os acampamentos numantinos, ou os acampamentos militares de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984) e de “El Santo” de Valdetorres, Badajoz (Heras Mora, Bustamente Álvarez, 2007).

Em Lisboa as ânforas Itálicas preservam uma relevante tradição epigráfica que nos permite tecer algumas, breves considerações acerca da sua proveniência. Preservam-se catorze

Figuras 8 e 9
Fotografia das marcas
identificadas na ânfora
itálica recolhida no
edifício n.º 36 da Rua
do Recolhimento do
Castelo.



Figura 10
Fotografia da marca
identificada na
escavação da Praça
Nova.



Figura 11
Fotografia da marca
identificada na
escavação da Casa dos
Bicos em 1981.





Figura 12
Fotografia da
escavação de uma
fossa detritica
identificada na Praça
Nova de Lisboa.

Gália tendo surgido na Hispânia apenas em sítios de cariz militar, nos acampamentos de circunvalação a Numantia (Renieblas) e em Ampurias (Desbat e Maza, 1997). O estudo das pastas dos exemplares de Lyon permite aferir uma proveniência do norte da campania ou do sul do Lácio (Desbat e Maza, 1997, p.515).

O segundo conjunto está representado por quatro marcas, identificadas em diversas intervenções na cidade espaçadas ao longo do tempo. Estas marcas caracterizam-se por estarem inseridas numa cartela circular de reduzidas dimensões. Em três dos casos trata-se de um busto de perfil com a face virada para a direita evidenciando parte de uma inscrição da qual apenas se consegue ler L. ANI. O exemplar identificado na escavação da Casa dos Bicos, já no distante ano de 1981, apresenta igualmente uma cartela circular, no entanto em vez do busto surge-nos a representação de um elefante e a gravação em excelente estado da legenda L. ANICI, clarificando assim as leituras anteriores.

Embora se conheçam algumas marcas com características similares, até ao momento ainda não foi possível encontrar paralelos exatos para este conjunto. A representação de um busto de uma personagem de cariz militar e a figura de um elefante, pode sugerir estarmos perante um tipo de marca muito particular, em que se associa a uma determinada imagem a inscrição de um indivíduo, possivelmente o proprietário das terras de onde era produzido o vinho.

O gentílico *Anicius* encontra-se bem atestado na península Itálica, em especial na zona do *Latium* e *Campania*, surgindo igualmente na *Etrúria*, e na própria cidade de Roma. Não podemos deixar de referir que um dos seus membros, *Lucius Anicius Gallus* foi uma figura militar de relevo tendo sido Cônsul de Roma em 160 a.C.

Entre as ânforas de proveniência da costa adriática da península Itálica, destaca-se a presença de uma marca que podemos atribuir à área de *Brindisi*. Trata-se de uma ânfora Brindisiana com a marca *HPAIOC* gravada na asa.

É particularmente interessante a coincidência, ou não, de esta marca surgir num contexto funerário do sul de Itália na zona da Daunia – Apúlia, no Hipogeu de Barbarossa di Canosa,

marcas sobre ânforas vinárias e duas sobre ânforas oleícolas de Brindisi. Apesar de não ser invulgar a descoberta de ânforas desta época com marcas, a sua concentração no porto de Lisboa afere-lhes um interesse suplementar pelo papel que este assumiu como abastecedor do exército.

Um dos elementos mais interessantes é o facto de sobressaírem dois conjuntos de marcas diretamente relacionados com duas importantes *Gens* da Itália Republicana.

O primeiro grupo atestado por três exemplares corresponde ao grupo das marcas, C.L.SEX atribuído à *Gens Sestilia*. Estas marcas encontram-se bem atestadas na



Figura 13
Fotografia da escavação de um edifício republicano no atual Museu do Teatro Romano³.



Figura 14
Fotografia da escavação de um edifício republicano no pátio da Senhora de Murça .

Figura 15
Conjunto Numismático itálico identificado nas escavações de Lisboa. A primeira moeda é da Intervenção do Pátio da Senhora de Murça⁸ e as restantes do Castelo de São Jorge.

datado de finais do século III a inícios da II a.C., associada a uma ânfora ródia com a marca EYKLEITOIY (Volpe, 1984). O facto de esta marca em concreto encontrar-se atestada no vale do Tejo em escavações efetuadas no planalto da antiga alcáçova islâmica de Santarém (Bargão, 2006. p. 55), reforça sem dúvida a probabilidade de ambas entrarem na mesma rota comercial para o extremo ocidente.

As ânforas de preparados piscícolas, assumem um peso importante entre o panorama das importações do porto de *Olisipo* no século II a.C. (23%), tendo os abastecimentos ocidentais, da área do Estreito de Gibraltar um papel preponderante diria mesmo dominante. Não deixa de ser pertinente, recordar o papel de apoio de *Gádir* e, em virtude do *foedus* de 206 a.C. (López Castro, 1994). Este apoio poderia ser materializado na utilização da sua frota, no fornecimento de dispositivos militares e certamente no abastecimento de produtos alimentares ao longo da fachada atlântica.

3.1. Urbanismo de OLISIPO no século II a.C.

Ao tentarmos estabelecer um discurso coerente sobre esta fase da vida da cidade, deparamo-nos com um enorme vazio de informação. Contudo, mesmo mantendo-se muitas questões em aberto, parece-nos oportuno sublinhar algumas linhas gerais e perspetivas de investigação.

Numa ótica de leitura de continuidades ou descontinuidades com o povoado indígena, os dados disponíveis permitem afirmar termos uma rutura clara. Entenda-se, não se assiste à reutilização de estruturas pré-existentes de cronologia pré-romana, mas sim à construção de novas. Assistindo-se nestas, a distintas orientações do modelo urbano e a técnicas de construção inovadoras e desconhecidas no ocidente à data.

Este novo desenho urbano, associado a todo um pacote artefactual, de procedência exógena, permite-nos afirmar que a chegada dos exércitos itálicos teve um profundo impacto no povoado pré-existente.

Os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos, sendo plausível supor que esta área privilegiada e onde deveriam residir as elites do povoado, assiste nesta fase à implantação de um novo desenho urbano que apaga as pré-existências. Poderá esta leitura corresponder à instalação de um contingente militar dentro da cidade indígena de *Olisipo*?

Na escavação da Praça Nova, de longe a área mais intervencionada, por questões de valência patrimonial, apenas em algumas áreas de sondagem se desceu dos níveis islâmicos. Sendo assim, apenas temos uma leitura parcelar do urbanismo de fases anteriores. Nas áreas investigadas verifica-se que as estruturas



de cariz habitacional anteriores há chegada das primeiras importações itálicas, são abandonadas e preteridas em relação a novas, sendo que estas evidenciam em alguns casos novas técnicas de construção e distintos alinhamentos. Infortunadamente, não dispomos de plantas destas novas estruturas que nos permitam grandes interpretações, apenas alguns troços de paredes, formando um desenho ortogonal e evidenciando pavimentos de argila. Um dos dados diferenciadores destas novas realidades é o surgimento de fossas detríticas, onde os lixos de cariz doméstico são descartados. De salientar que fossas similares às identificadas no Castelo de São Jorge são uma presença constante nos níveis de fundação da cidade de Valência (Ribera i Lacomba, 1998, p. 310--311).

Na atual área da freguesia de Santa Cruz do Castelo, diversas intervenções realizadas no âmbito do projeto de recuperação deste bairro histórico permitiram aferir estratigrafias bem preservadas associadas nalguns casos a estruturas arquitetónicas.

Um dos edifícios melhores conhecidos corresponde ao detetado no Beco do Forno do Castelo n.º 16 – 20. Corresponde sem dúvida a um dos mais eloquentes e expressivos dados da descontinuidade das soluções arquitetónicas em relação ao mundo indígena. As evidências estruturais correspondem a um amplo edifício de planta retangular, grosseiramente orientado aos pontos cardiais. As suas paredes encontram-se rebocadas com argamassa e evidencia um pavimento de argamassa impermeabilizante em *opus signinum*. Ver artigo sobre esta intervenção no presente volume.

Na encosta da colina do Castelo, diversas intervenções mais ou menos recentes, tem permitido obter dados relativos às primeiras fases da ocupação romana. Destaque-se o artigo presente neste volume, em torno dos resultados da escavação do edifício do largo das Portas do Sol. Aí registou-se uma curiosa estrutura negativa, que poderia possivelmente estar correlacionada com uma eventual primeira fortificação do núcleo urbano.

Nas escavações do Museu do Teatro Romano, foi possível detetar a presença de vestígios estruturais correspondendo a um edifício de época republicana que ficou preservado sob os aterros para a construção de parte deste monumento. Corresponde a um compartimento de planta retangular, com paredes de pedra seca e que usa o próprio substrato geológico calcário para a sua implantação, sendo este escavado para o efeito. Associado ao seu abandono, detetou-se um interessante contexto de finais do século II inícios do século I a.C. Neste nível, recolheu-se um interessante elemento de pavimento romboidal, que atesta a existência de pavimentos em *opus spicatum*. Trata-se de um pavimento tipicamente itálico, que encontra bons paralelos no edifício republicano de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Elementos de pavimento, similares a este do teatro, tem vindo a ser detetados em sítios de cariz militar como o Alto dos Cacos – Almeirim, em Chões de Alpompé, no Castelo da Lousa² e no acampamento romano de Cáceres el Viejo e no sítio de “El Santo” de Valdetorres Badajoz (Pimenta, 2013; Heras Mora e Macarena Bustamende, 2007).

Apesar dos dados serem poucos para a zona da colina, na antiga área Portuária, regista-se um curioso aumento da informação disponível, quer contextual quer estrutural.

Na reanálise dos dados das antigas escavações da Casa dos Bicos, verificou-se a presença de um contexto bem preservado com associações de materiais em tudo idênticas aos identificados no Castelo⁴.

Na escavação dos antigos Armazéns Sommer, identificou-se uma ampla sequência estratigráfica. Da fase a que nos reportamos, registou-se a presença de um contexto composto por duas paredes formando um angulo reto e com um pavimento de argila vermelha. As associações materiais permitem aferir um abandono deste espaço atribuível ao século II a.C.⁵

Na Rua de São João da Praça, identificou-se um conjunto de estruturas aparentemente de cariz habitacional, cujo momento de abandono é atribuível aos finais do século II a.C. (Pimenta, Calado e Leitão, 2005).

Resultado de uma intervenção mais recente e ainda parcialmente inédita, a escavação do pátio da Senhora de Murça, nas imediações da intervenção acima referida, logrou aferir novos elementos, confirmando a leitura de um abandono da área no século II a.C.⁶.

Se a nível da organização do urbanismo da cidade republicana começamos a vislumbrar a existência de um novo desenho de matriz itálica que se estende pela encosta até às margens do rio Tejo, do seu sistema defensivo pouco sabemos.

Apesar da referência de Estrabão, à fortificação por parte do procônsul Décimo Júnio Bruto do núcleo urbano, até ao momento ainda não foi possível detetar de uma forma clara a muralha fundacional da cidade republicana.

Não é igualmente de excluir, que a passagem Estraboniana, aludisse a par da construção ou reconstrução das eventuais muralhas, igualmente a presença física de um importante dispositivo militar, instalado no próprio povoado.

Considerações Finais

As excelentes condições portuárias e a localização singular da colina do Castelo, sobranceira ao estuário do rio mais extenso da Península Ibérica, área de charneira entre a Europa Atlântica e o mundo mediterrânico, foram determinantes pelo papel que esta região assumiu nos primeiros contatos com o mundo itálico.

Ainda que as fontes sejam omissas à forma, entenda-se conquista militar, acordo ou tratado, o certo é que Roma fez por assegurar o apoio desta cidade Indígena à sua causa, tendo esta desempenhado durante a campanha de Decimo Junio Bruto um papel crucial.

Com este apoio, Roma domina a foz do Tejo e assume o controlo da grande estrada fluvial para o interior da Península Ibérica.

O projeto de arqueologia urbana que se desenvolveu em torno do Castelo de São Jorge possibilitou, pela primeira vez, dispor de um conjunto de dados quantitativamente relevante para o estudo do início da presença romana, provenientes de escavações recentes, associados a uma estratigrafia bem preservada.

O estudo da estratigrafia e a análise do espólio dos contextos de época romana republicana permitem falar de uma única fase, que situamos no terceiro quartel do século II a.C. (150--125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares, em estações com cronologias bem definidas.

A datação proposta para esta fase remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica. Desencadeada em 138 a.C. pelo novo Governador da Ulterior, o procônsul Décimo Júnio Bruto, com claros objetivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião lusitana e de reconhecimento de uma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular.

Das muralhas do primitivo núcleo urbano de Olisipo, mencionada por Estrabão (III, 3.1), pouco ou nada se sabe, sendo plausível face ao registo arqueológico que a passagem do geógrafo de Amaseia, se referisse, a uma fortificação efetiva, entenda-se à instalação de um forte dispositivo militar que assegurasse o seu efetivo apoio à causa Romana.

Tendo em conta os dados disponíveis, podemos afirmar que este destacamento militar se terá instalado no morro do Castelo, verdadeira “acrópole” da cidade.

A presença do exército em povoados indígenas encontra-se bem atestada nas fontes literárias, ainda que a sua perceção arqueológica nem sempre seja de fácil entendimento (Fabião, 2002 e 2004).

Durante o episódio hispânico, decorrente do conflito entre os partidários de Gaio Mário e de Lúcio Cornélio Sila, conhecido como “Guerra Sertoriana” (82-72 a.C.), o extremo ocidente da península parece, face à situação de instabilidade e conflito generalizado, ter ficado entregue a si mesmo (Fabião, 1998). Todo o teatro de operações desenvolve-se longe do vale do Tejo, no sul da península, embora com algumas incursões ao sul do território atualmente português.

Para o vale do Tejo, importa reter a informação disponibilizada através do conjunto numismático recolhido no sítio de Chões de Alpompe, interpretado como a cidade de Morón e/ou como Acampamento militar romano, (Ruivo, 1999), e que autoriza a leitura de esta estação ter sido abandonada, provavelmente no contexto da rebelião sertoriana (Fabião, 2002a).

Qual o impacto deste episódio no porto de Olisipo? Na fase de investigação em que nos encontramos não é de todo claro. Porém não podemos deixar de sublinhar, que os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos em relação ao abandono desta área da cidade em finais do século II a.C. e ao súbito declínio das importações nesta área da cidade.

A informação disponível para a cidade durante o século I a.C. é de momento relativamente escassa (Dias, 2013). Contudo os elementos disponíveis permitem-nos sublinhar a importância que o porto de Olisipo terá desempenhado durante este período instável, transparecendo o seu papel como pólo distribuidor de bens e produtos para o seu vasto e diversificado território.

Os dados arqueológicos com que podemos lidar atestam a pujança económica das importações Itálicas que continuam a chegar até meados do século I a.C. sendo então substituídas pelos produtos sul peninsulares, em especial do vale do Guadalquivir e da baía de Cádiz. Em termos económicos podemos interpretar esta evidência que começa a vislumbrar-se de uma forma clara no ocidente como o princípio do “vizinho mais próximo”, isto é da valorização da proximidade geográfica no abastecimento (Fabião, 2000, FILIPE, 2008).

Em relação à dinâmica urbanística da cidade, é durante o século I a.C. que parece ter-se gizado o primeiro desenho urbano da parte baixa. Ainda que a monumentalização da cidade decorrente da sua elevação a capital de Civitas, tenha obliterado muita informação, algumas sondagens recentes, deixam vislumbrar que podemos ter em Olisipo um urbanismo tipicamente romano em época tardo-republicana.

Terminado o conturbado período de guerras civis assiste-se a um esforço de consolidação de uma nova organização política e institucional destes novos territórios. Segundo Plínio-o-Velho (PLIN.4, 117) sabemos que Olisipo terá recebido o estatuto de município romano (Municipium Civium Romanorum) e com ele o cognomen Felicitas Iulia, possivelmente, segundo António Faria “entre 31 e 27 a. C., no mesmo contexto político em que foi fundada a colónia de Pax Iulia e atribuído o direito latino a Ebora” (Faria, 1999 p. 37).

A cidade atinge nesta fase um período de apogeu, face ao às profundas alterações políticas, económicas, sociais e urbanísticas decorrentes do processo de ascensão a uma nova categoria político administrativa.

BIBLIOGRAFIA:

- ALAPONT MARTÍN, L.; CALVO GÁLVEZ, M.; RIBERA I LACOMBA, A. (2009)** – *La destrucción de Valentia por Pompeyo (75 a.C.)*. Quaderns de Difusió Arqueològica. 6. Ayuntamiento de València.
- ALMEIDA, R. R. (2008)** – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios. Col. Lección Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- AMARO, C.; MANSO, C.; SEPÚLVEDA, E. (2013)** – Complexo Industrial romano de preparados de peixe da Baixa. Sua abordagem a partir de dois novos equipamentos. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 755-763.
- ARRUDA, A. M. (2002)** – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. ; ALMEIDA, R. R. (1999)** – As importações de vinho itálico para o território atualmente português contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. Collection de la casa de Vélasquez (65), p. 307-337.
- BARGÃO, P. (2006)** – *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em pré-história e arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada.
- BLOT, M. L. P. (2003)** – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 28.
- CARRERAS MONFORT, C. (1999)** – The nature of the Roman trade: an archaeological perspective. *Münstersche Beiträge z. antiken Handelsgeschichte*. Bd. XVIII. H. 2 S, p. 87-114.
- CARRERAS MONFORT, C. (2002)** – The Roman military supply during the Principate transportation and staples. In *The Roman Army and the Economy*. Edited by Paul Erdkamp. J.C.Gieben Publisher. Amsterdam, p. 70-89.
- DAVEAU, S. (1994)** – A foz do Tejo palco da história de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa. Lisboa Capital Europeia da Cultura 94, p. 24-31.
- DESBAT, A., MAZZA, G. Col. De M. PICON (1997)** – La marque C. L. SEX. sur amphores Dressel 1A. In *Actes du Congrès du Mans*. Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 511-516.
- DIAS, V. (2013)** – A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 717-726.
- FABIÃO, C. (1989)** – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1995)** – Os contextos da conquista romana. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J. Alfragide: Ediclube. Vol. II – O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana. P. 180-186.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2002)** – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2002a)** – Chões de Alompé. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (2004)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords Césareo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73.
- FABIÃO, C. (2006)** – *A herança romana em Portugal*. Edição do Clube do Coleccionador dos Correios.
- FARIA, A.M. (1999)** – Colonização e Municipalização nas províncias Hispano-Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. Número 2, p. 29-50.
- FILIPÉ, V. (2008)** – *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 141 p. Policopiado. Dissertação de mestrado.
- GUERRA, A. (1995)** – *Plínio-o-velho e a Lusitânia*. Lisboa. Colibri.
- GUERRA, A. (2001)** – Resistência e aculturação no Ocidente Hispânico: Defesa do território e identidade linguística. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 150-164.
- HERAS MORA, F. J.; MACERENA BUSTAMENDE, A. (2007)** – Contribución al estudio de las ánforas tardorrepublicanas del enclave militar de “El Santo” de Valdetorres (Badajoz, España). *Vipasca. Arqueologia e História*. N.º 2. II Série, p. 318-324.
- JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. ; RIBERA I LACOMBA, A. (2002)** – Valencia y las primeras ciudades Romana en Hispania. *Grandes Temas Arqueológicos*. 3. Ajuntament de Valencia.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994)** – *Hispania Poena. Los fenicios en la Hispania Romana*. Barcelona. Crítica / Arqueologia.

MANTAS, V. G. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Talence – 1988. Paris. CNRS. Collection de la Maison des Pays Ibériques. 42, p. 149-205.

MÁRQUEZ VILLORA, J. C.; MOLINA VIDAL, J. (2005) – *Del Hiberus a Cartago Nova. Comercio de Alimentos y Epigrafía Anfórica Grecolatina*. Col. Lecció Instrumenta. 18. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.

MOLINA VIDAL, J. (1997) – *La Dinámica Comercial Romana entre Italia e Hispania Citerior*. Universidad de Alicante. Alicante. Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, p. 353.

MORILLO, A. (2007) – *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León.

MORILLO, A. (2008) – Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos en Hispania In *Actes de la table ronde internationale (Madrid, novembre de 2007) La Guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine. SALDVIE*. N.º 8. Universidad de Zaragoza, p. 73-93.

MOREL, J. P. (1981) – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.

PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 41.

PIMENTA, J. (2007) – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In *Actas do Congresso Internacional de arqueologia, CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Entre 7 e 9 de Novembro de 2005 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádiz, p. 221-233.

PIMENTA, J. (2013) – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 31-42.

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. As ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 2, p. 313-314.

PRINCIPAL, J. (2013) – Cuando Arqueología e historia se dan la mano: Cartago Y Numancia, dos buenos referentes. In *Manual de cerâmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Coord. Albert Ribera I Lacomba. Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Madrid, p. 333-356.

RAMON TORRES, J. (1995) – *Las Ânforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Col. Lecció Instrumenta. 2. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.

RIBERA I LACOMBA, A. (1998) – *La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romanarepublicana (Segles II-I a. De C.)*. Estudios Universitarios. 71. Valencia.

RIBERA I LACOMBA, A. (2003) – El papel militar de la fundación de *Valentia* (138 a.C.): Historia y Arqueología. In *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos y rurales y provinciales)*. Casa de Velázquez. Madrid 2001, p. 363-390.

RIBERA I LACOMBA, A. (2009) – La fundación de *Valentia*: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C. In *OEBALUS Studi sulla Campania nell' Antichità*. 4. Scienze e Lettere Roma. Napoli, p. 46-77.

RIBERA I LACOMBA, A.; JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. (2012) – *VALENTIA*, Ciudad Romana: su evidencia Arqueológica. In *HISPANIAEVRBES Investigaciones Arqueológicas en Ciudades Históricas*. José Beltrán Fortes e Oliva Rodríguez Gutiérrez (Coordinadores Científicos). Universidad de Sevilla.

RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In Centeno, R.; García Bellido, M.; Mora, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. Anejos de Archivo Español de Arqueología. XX, p. 101-110.

SILVA, R. B. (2005) – *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc.I a.C.-séc.IId.C.)*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana). Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho. Braga. Versão Policopiada.

SILVA, V. (1944) – *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história da Lisboa Romana)*. Lisboa. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SOUSA, Elisa Rosa Barbosa de (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C. (dissertação de doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Sr.ª Prof.ª Doutora Ana Margarida Arruda)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

ULBERT, G. (1984) – *Caceres el viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Estremadura*. *Madridrer Beitrage*. 11. Mainz-am-Rhein.

VOLPE G. (1984) – La circolazione delle anfore romane nella Daunia : dati preliminari. In: *Amphores romaines et histoire économique. Dix ans de recherche. Actes du colloque de Sienne (22-24 mai 1986)* Rome : École Française de Rome, 1989. pp. 629-632. (Publications de l'École française de Rome, 114).

NOTAS

- ¹ Museu Municipal Vila Franca de Xira/UNIARQ
- ² Exemplar em exposição no Museu de Évora
- ³ Imagem cedida por Lídia Fernandes a quem se agradece.
- ⁴ Em estudo pelo signatário e Clementino Amaro.
- ⁵ Escavação da responsabilidade científica de Ana Gomes. Dados em estudo pelo signatário.
- ⁶ Intervenção da responsabilidade de Manuela Leitão e Vasco Leitão a quem muito se agradece a informação.
- ⁷ Imagem cedida por Manuela Leitão a quem se agradece.
- ⁸ Fotografia de João Paulo Ruas, modificada.